

Manifesto das Frentes Parlamentares pelo adiamento da votação do projeto de lei do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021)

Recentemente foi lançado o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes, um compromisso entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de atuar, de maneira harmoniosa e integrada, pela promoção da transformação ecológica, a partir de medidas legislativas, administrativas e judiciais. O Pacto, em seus considerandos, reconhece que o planeta enfrenta grave crise ecológica, decorrente de poluição, perda de biodiversidade e mudanças climáticas, de modo a tornar mais frequentes e severos os eventos climáticos extremos, como as devastadoras enchentes no Estado do Rio Grande do Sul e as secas na Amazônia. E também a necessidade de ações integradas dos três Poderes para o enfrentamento da crise ecológica, com medidas de mitigação, adaptação e prevenção capazes de proteger pessoas, comunidades e ecossistemas, bem como ações estratégicas para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, em suas dimensões ambiental, econômica e social.

Antes mesmo de completar um ano do lançamento, o Poder Legislativo está prestes a romper com o Pacto, colocando-se à margem do compromisso com os demais poderes, com a sociedade e consigo mesmo. É isso que vai acontecer se o PL 2159/2021, que trata da lei geral do licenciamento, for aprovado nos termos do texto atual.

Se a proposta aprovada pela Câmara em 2021 já continha enormes retrocessos, as Emendas aprovadas pelo Senado aprofundam o desmonte daquele que é considerado o mais importante instrumento da política ambiental do país. O que está em risco é a própria finalidade do licenciamento, qual seja, mitigar danos ambientais e assegurar sustentabilidade aos empreendimentos e atividades econômicas, garantindo que o país se desenvolva sem

comprometer os ecossistemas naturais e o bem-estar do conjunto da população.

Caso prevaleça a proposta que está posta, ao invés de aprovar um marco geral para o licenciamento ambiental que supere os gargalos identificados ao longo do debate da matéria, o parlamento estará desmontando o arranjo institucional que hoje funciona no âmbito do Pacto Federativo e do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, além de gerar um ambiente de insegurança jurídica e conflitos de toda ordem. Um cenário que em nada contribui para os investimentos, para o crescimento econômico e para a superação das profundas desigualdades sociais que prevalecem no país.

Ao rebaixar a proteção ambiental e a participação da sociedade no processo de licenciamento, o parlamento estará golpeando a própria democracia e retrocedendo no imperativo da transição ecológica imposto pela crise climática-ambiental, afastando-se ainda mais das expectativas da sociedade, das recomendações da comunidade científica e dos compromissos do país no âmbito dos acordos e tratados internacionais.

Está sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados evitar que esse quadro se consolide, mas nem mesmo a rejeição das Emendas do Senado será suficiente. Amplos setores da sociedade, incluindo empresários, comunidade científica, meios de comunicação, ambientalistas, parlamentares e do meio artístico-cultural estão pedindo ao Presidente Hugo Motta para que postergue a votação e reabra o debate, buscando a aprovação de uma lei que modernize o licenciamento e atenda as demandas hoje reconhecidas, um resultado bem diferente daquele que estamos na iminência de provocar.

As Frentes Parlamentares signatárias deste manifesto se somam a esse apelo amplo, plural e democrático pelo adiamento da votação, confiantes na sensibilidade, responsabilidade e compromisso do Presidente Hugo Motta com o Pacto Ecológico entre os Três Poderes e com a sociedade, evitando, assim, o paradoxo do parlamento

aprovar uma lei retrógada, inconstitucional e negacionista da crise climática-ambiental.

Assinam este manifesto:

Dep. Nilto Tatto

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista

Dep. Alfredinho

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Arte e da Cultura Periférica

Dep. Ana Paula Lima

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Saberes Tradicionais e das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS

Dep. Camila Jara

Coordenadora da Frente Parlamentar do Pantanal

Dep. Célia Xakriabá

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas

Dep. Célio Studart

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais

Dep. Elvino Bohn Gass

Coordenador da Frente Parlamentar Mista das Bacias Hidrográficas

Dep. Erika Hilton

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista por Cidadania e Direitos LGBTI+

Dep. Erika Kokay

Coordenadora da Frente Parlamentar dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Dep. Fernanda Melchionna

Coordenadora da Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e a Auditoria Integral da Dívida Pública com a Participação Popular

Dep. Fernando Mineiro

Coordenador da Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária

Dep. Jilmar Tatto

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero

Dep. Jorge Solla

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Nacional do SUS

Dep. Leonardo Monteiro

Coordenador da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica

Dep. Leônidas Cristino

Coordenador da Frente Parlamentar em defesa da Carnaúba

Coordenador da Frente em Defesa da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional

Dep. Padre João

Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Segurança Alimentar e Nutricional

Dep. Pastor Henrique Vieira

Coordenador da Frente Parlamentar Mista pelo Combate às Desigualdades.

Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial

Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Movimento HIP-HOP

Dep. Patrus Ananias

Frente Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional

Dep. Pedro Uczai

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Ferroviária Brasileira

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Apicultura e Meliponicultura

Dep. Reimont

Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua

Dep. Sâmia Bomfim

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos direitos das Crianças e Adolescentes

Dep. Socorro Neri

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Transição Climática Justa

Dep. Tadeu Veneri

Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas

Dep. Túlio Gadelha

Coordenador da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil